

# ADMINISTRAÇÃO LOCAL

## A organização nacional e o município

RAFAEL XAVIER

Iniciando a vida desta nossa secção permanente, temos a satisfação de publicar a conferência proferida na solenidade de instalação da Comissão Nacional Organizadora da Associação Brasileira dos Municípios, em 15 de março de 1946, onde o autor salienta, com os números à dextra, a situação calamitosa de nossos municípios e o profundo desajustamento social a que a persistência em antigos erros quanto à administração municipal nos está levando. (N.R.)

A INSTALAÇÃO solene da Comissão Nacional Organizadora da Associação Brasileira dos Municípios, designada pela Comissão Panamericana de Cooperação Intermunicipal da Junta Diretiva do Congresso Interamericano de Municípios, tem uma importância flagrante no atual momento da vida política do País.

Marcamos, hoje, o início de uma nova era no estudo das soluções de um problema justamente considerado como fundamental para a nacionalidade.

Pretende a Comissão, apoiada no sentimento patriótico e na clarividência de uma plêiade de homens de projeção nos múltiplos campos de atividade pública, lançar as bases da Associação Brasileira dos Municípios, dentro do mesmo espírito de cooperação panamericana que deu origem às organizações semelhantes dos demais países do Continente, respeitadas as peculiaridades que definem nossa orientação e as imposições de nossa geografia demográfica e econômica.

Associações desse tipo existem em todos os grandes países e os resultados práticos obtidos, não só para os diferentes e complexos assuntos de natureza puramente administrativa, como para problemas técnicos, de assistência social, de fomento da produção, de ensino, de educação, de saúde, compreendendo, enfim, todo o âmbito da vida própria de uma comunidade, constituem o segredo da existência política e da vitalidade econômica das unidades componentes do quadro político-administrativo das nações organizadas.

Estamos certos nós, que recebemos o elevado encargo conferido pelo Comité Executivo da Comissão Panamericana, e estou certo, eu, distinguido pelo escôlha excepcionalmente honrosa de meus companheiros de ideal, do êxito de nossos esforços e da beleza da obra que levaremos a cabo, em prol do Brasil, pela dignificação de seus Municípios, como base do revigoramento de suas instituições.

Senhores, só os que se detêm no cenário de nossas várias etapas históricas, para o exame das grandes lutas travadas por aquêles que viram e vêem claro o ambiente conturbado da formação nacional, podem sentir, emocionados, a enormidade do erro perpetrado contra os interesses do País, com a implantação de normas políticas atentatórias à vida de suas células primárias.

Além de desviarem o rumo político do sistema federativo, que é a base da estrutura estatal que adotamos, cometeram nossos estadistas erro mais grave, contrariando as tradições que, claramente, orientavam a política do País, no sentido de sua interiorização, pela ocupação e utilização do vasto território que nos fôra legado.

Ao contrário do que era lógico, fomentamos, ampliamos e forcejamos por manter uma centralização absurda de valores, que hoje se constitui no mais grave e difícil dos problemas brasileiros, a se tornar cada dia mais aflitivo e perigoso.

Certamente, muitas e diversas são as causas presentes e pretéritas dessa lamentável situação; entretanto, uma ressalta, de imediato, como das mais salientes, senão a principal — o esgotamento progressivo e inconsciente da capacidade financeira dos Municípios, elevados, em nossas leis magnas e na expressão conselheiral dos manifestos ou das oratórias eleitorais, à categoria de células da nacionalidade, mas efetivamente não passando de meros feudos explorados e anulados pela voracidade dos gastos suntuários do parasitismo burocrático instalado nas Capitais.

A prática destruiu, de plano, aquela bela concepção de arte política que foi o idealismo republicano. Ficámos, mais uma vez, no domínio do romantismo, sem nenhuma ligação com os fatos e as realidades.

Parece que nos persegue, como um fatalismo histórico de nossa formação racial, aquela preocupação permanente de tirar proveito máximo e apressado das coisas e dos fatos, superficialmente, sem atentar para as conseqüências e para o futuro, na ânsia incontida e fútil de viver intensamente. Não criámos, assim, obra de ordem política pela associação de interesses que se objetivam na estruturação da nacionalidade sem preocupações utilitárias e momentâneas.

Falta-nos o sentido filosófico de uma concepção jurídica adequada aos nossos defeitos e virtudes e às condições naturais de nossa fisionomia geográfica, econômica e social.

Uma espécie de narcisismo nos dominou em todas as épocas. Embevecidos por uma riqueza inexistente, nos iludimos e iludimos aos outros. Criámos, ou melhor, improvisámos uma construção administrativa, social e política em completo desacôrdo com a nossa pobreza econômica.

Custe, embora, aos sentimentos mais vivos de nosso orgulho nacional, já é tempo de demonstrarmos umas tantas verdades objetivas para procurarmos, com seriedade, esforço e compreensão as medidas salvadoras que se impõem na estruturação de nossa obra de construção política.

Poderá parecer-vos exagerado o quadro que vou tentar expor sobre a situação brasileira. Não me move amargurado pessimismo, mas espero que êle traduza a realidade buscada, por imposição profissional, em horas porfiadas de estudo, de meditação e de análise, em tôrno dos aspectos de nossa vida econômica e social.

O mais ligeiro exame dos números alusivos à nossa produção é suficiente para caracterizá-la nitidamente entre as do tipo colonial — Que produz o Brasil? Café, milho, arroz, mandioca, cana de açúcar, cacau, batata doce, madeira, frutas tropicais, frutos oleaginosos, produtos extrativos vegetais, produtos extrativos minerais, etc.

Observando o quadro desses produtos, suas qualidades e rendimentos, só encontramos símiles em colônias asiáticas e africanas e nalgumas colônias

e poucas nações sulamericanas. Nenhum produto fundamental, daqueles que, por sua valia no mercado internacional, pela generalidade de sua aceitação e procura, ou pelo volume e qualidade, promovem e asseguram estabilidade econômica, sem as alternativas de que é farta nossa história.

Com uma produção de sobre-mesa — café, cacau, frutas tropicais, mate, açúcar —, ou de economia complementar — matérias primas vegetais e minerais, conseguidas em condições precárias para suprimento de deficiências, principalmente nos períodos de guerra, nenhum dos nossos produtos pode, a título permanente, entrar em linha na competição internacional.

Até bem pouco era o café o único que, pela sua massa, pesava decisivamente em nossas relações de troca. Ao Brasil cabia a fixação da orientação mundial de seu comércio, dêle retirando os saldos para suas obrigações internacionais e dêle ainda se servindo para a manutenção de uma vida perdulária de gastos sem medida, sacando, desordenadamente, contra o futuro. Essa desastrada política financeira levou o País a tornar-se presa fácil da gana do capitalismo internacional que nos expoliou por meio de empréstimos, cuja história é uma demonstração de ignorância e má fé ou de primarismo de muitos dos nossos homens públicos.

O café está praticamente perdido para o Brasil. Mais outra triste página de incapacidade a se inscrever no ativo dos erros dos nossos chamados estadistas.

Em 1935 dava eu à publicidade um estudo que se me afigurava de repercussão na política cafeeira do Brasil — "O Café na Economia Mundial". Mais de quatrocentas tabelas estatísticas, com abundância de dados em séries sistemáticas e gráficos-esclarecedores, mostravam nossa posição perigosa e a violenta entrada, nos mercados consumidores, dos cafés coloniais e dos países concorrentes, à custa de uma política de inépcia que nos tolhia a produção e o domínio dos mercados, e que redundou em benefício dos interesses das nações colonizadoras.

Não houve apêlo ao bom senso, nem alarma que sacudisse a estulta ignorância ou a criminosa indiferença dos homens a quem se entregara a sorte do produto, que era realmente, o sustentáculo de nossa economia, apesar dos erros de orientação e da falta de técnica agrônômica na melhoria de seu

rendimento e qualidade. Em vez de um trabalho de reajustamento técnico-econômico da produção, colaborámos com os nossos concorrentes na obra de nossa própria destruição.

Previ, para dentro do período de vinte a vinte e cinco anos, a contar daquela época de 1935, a perda total de nossos mercados. O gráfico que vos apresento é uma prova de acerto daquela triste previsão — Em 1944, nossa produção foi praticamente igual à exportação — 800.000 toneladas produzidas, 802.000 toneladas exportadas...

Parece que já podemos assegurar o encerramento do ciclo do café na história econômica nacional. Não tardará que sejamos compelidos a importar a rubiácea colombiana para cobrir os *deficits* de nossa produção.

A análise, mesmo superficial, do comércio internacional brasileiro põe em evidência também a característica primária de nossa economia tipicamente colonial e de suprimento. Comparada com os quadros internacionais, vamos encontrar tipos semelhantes de economia na Polinésia, Indochina, Java, Havaí, Índia, China, etc. Como vivem as populações dessas regiões? Em estado ainda primitivo em sua quase generalidade. Padrão de vida baixo, vida política, administrativa e social correspondentes às condições desse mesmo estado.

No Brasil existe um abismo entre a pobreza de sua economia e o padrão de vida, sob todos os aspectos, de suas metrópoles. A ilusão fatal de riquezas potenciais e de recursos inesgotáveis nos mantinha em permanente estado de euforia patriótica. Embalados num irrealismo romântico, visionando o mundo através de uma elite diminuta de letrados brilhantes, criáramos na imaginação um mundo de fantasias, consequência histórica do entusiasmo epistolar de Pero Vaz Caminha, dos caçadores de esmeralda, das patacas encontradas e abundantes e do ufanismo contemporâneo...

Quando, nos períodos críticos, nos deparávamos com a realidade, a responsabilidade se transferia à massa ignorante e incapaz que povoava e povoa o território nacional — gente preguiçosa, indolente, incapaz... O parasitismo rebelava-se contra o servo da gleba, que não produz mais para o saciamento de sua voracidade de luxo e conforto, para a manutenção de uma metrópole de alto padrão social e administrativo em contraste com aquela miséria interior, cada vez mais entorpecida pela ignorância,

pelo regime de trabalho escravo. E o infeliz abandonado se mantém ainda, por um milagre de resistência orgânica, sem terra, sem lar, sem vida nessa imensa extensão desocupada e inútil, como se fôra um tremendo anátema à cruel incapacidade nacional de resolver os mais elementares problemas de vida simples de seu povo.

O gritante espetáculo da atual situação econômica é bem o reflexo desta dura verdade: manifesta incapacidade diretiva que vem se acumulando em erros desacertos, egoismos e psamosa ignorância, desde a colônia até nossos dias.

“País sem organização”, na frase alarmada de Tôrres, sem elites educadas na consciência de seus problemas, de homens superficiais, que ao primeiro contato com a vida envolvente e fútil das metrópoles se esquecem das angústias e dificuldades das populações interiores e se esforçam para aumentar as causas desse inominável desajustamento.

Doze anos atrás, um sinal de alerta foi dado na Constituinte de 34 por um grupo de parlamentares que conseguiram romper a penumbra política de então, tendo a prestigiá-los a autoridade moral de Juarez Távora, a ação da Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres e os estudos fundamentais de Teixeira de Freitas. Reconhecemos que lhes sobravam razões, se considerarmos agora, Senhores, em linhas muito gerais porém gritantes, pelo realismo cruel, nossa gravíssima situação econômica e financeira, ameaçadora e difícil, desnordeando o entendido mais arguto com o emaranhado perturbador de seus reflexos na economia e na vida social e política do País.

Novas improvisações serão praticadas, novas tentativas, novos fracassos. A eterna reprodução de erros, pela aplicação simplista de fórmulas de combate aos efeitos, com o desprezo das causas mediatas e imediatas que produziram esse estado de coisas.

Cada vez que me dedico à análise e interpretação dos fenômenos da vida nacional, maior é minha certeza de que uma das origens fundamentais de nosso enfraquecimento econômico, de nossa desordem política, de nosso alarmante analfabetismo, da morbidade de nossas populações, da falta de solução para os nossos problemas vitais — é o esgotamento progressivo e sistemático do Município brasileiro no decorrer do período republicano.

Invertemos não só o sistema político que procurámos adaptar às nossas instituições, como anulámos, na prática, a beleza de seu idealismo e a forma construtiva e sábia que prevaleceu nos demais países onde foi adotado. Pensáramos que o simples formalismo jurídico, assegurando enfaticamente a autonomia municipal, fôsse o suficiente para que se tornassem efetivos todos os aspectos de vida que a autonomia exige.

Os limites de recursos a perceber e mais a pena de pagar bem caro pelo direito de percebê-los, tornaram um mito a liberdade de auto-determinação e reduziram o Município brasileiro a um estado de penúria que o incapacita para promover os mais elementares serviços públicos e muito mais para realizar, com seus próprios meios, obra e fixação, amparo e defesa de sua gente e de sua riqueza.

Já se tem demonstrado em inúmeros estudos estatísticos, em quadros elaborados com dados insofismáveis, a inominável política de absorção das rendas municipais.

Assumiram, União e Estados, por uma inversão do sistema federativo, o contrôle e a execução de todos os encargos que, por definição e sua natureza, deveriam ser função dos governos locais. Criaram um aparelho burocrático centralizado para execução dos programas traçados e para tanto reduziram ao mínimo as possibilidades municipais de desenvolvimento. Começou a obra lenta de sucção, não só de recursos, como de valores humanos. A vida municipal, estagnada não proporcionava meios suficientes à sua população. As Capitais cresciam para gáudio dos *estadistas* cuja capacidade administrativa se aferia pela abertura de avenidas ou construção de prédios suntuosos, porém nas mesmas Capitais. E o orgulho nacional se enchia de entusiasmo pela obra de seus dirigentes, embora a fome e a morte rondassem nossas portas e desaparecessem, por falta de elementares recursos de higiene preventiva, trezentas mil crianças anualmente. Tanto insistimos nos erros, que o problema já, agora, não é apenas do interior — o excesso de populações nas Capitais e o crescimento vertiginoso e desordenado destas estão a exigir, claramente, soluções que se não encontram de pronto.

A centralização de todos os recursos provenientes do trabalho do interior nas Capitais dos Estados e, como consequência, ainda mais na Capital do

País, só poderia produzir os deploráveis resultados que se traduzem no desconforto que estamos sentindo e que tende a aumentar na mesma proporção em que se robustecem os fatores próprios da concentração.

As indústrias destinadas a manter uma vida de prazeres e luxo, e que são normalmente as mais lucrativas, cresceram e se multiplicaram nas metrópoles. As demais igualmente nelas se reuniram, em busca de maiores mercados de consumo. O ens.no secundário e o superior, também concentrados nas Capitais, atraíram a juventude.

Além disso, favoreceram a concentração: as grandes construções; a burocracia, rendosa e fácil; os negócios imobiliários; as atrações naturais dos grandes centros; e, ainda, com seu cortejo de misérias morais, o jôgo, que no Brasil chegou a eliminar os últimos resquícios de pudor de muitos homens públicos, os quais transformaram a roleta e o vício em fonte de renda sob o pretexto de atender, com o produto dessa criminoso exploração, a obras de caráter social...

Os cassinos deslumbrantes e o *pif-paf*, ainda que em modestos lares, simbolizam uma época e comprometem os destinos de um povo.

A mim me estarrece e angustia a imprudência dessa loucura nacional. Já os primeiros rumores, prenunciadores das grandes revoltas desordenadas em seus ímpetos, se anunciam ameaçadores e temíveis, só não os sentindo a mentalidade embotada e inconsciente dos opiadados pelo poder ou pela fortuna frágil da inflação.

Não tivemos ouvidos para ouvir as grandes vozes que desde Ruy profligavam as devastações morais e materiais contra o patrimônio espiritual e as energias criadoras da nacionalidade. Atinge proporções alarmantes nossa inadvertência em todos os campos de atividade e não sei, Senhores, até onde nos levará essa dança macabra por sobre os abismos em que nos comprazemos a experimentar as virtudes de equilíbrio e de fortaleza espiritual de nosso povo.

As tênues reações já são um sinal de decadência e de amolecimento das chamadas elites dirigentes, envolvidas, também, na rede das atrações superficiais. Urge uma reação, uma contra-marcha enérgica e decidida, apoiada num movimento de opinião, sem partidanismos e ideologias separadores, em campo comum de sentimento e ação, mortas

as paixões e desprezadas as divergências que, no fundo, nada valem quando se trata de um problema de salvação nacional, que requer compreensão e vigilância patrióticas.

Façamos, corajosamente, um exame de consciência uma análise em profundidade e extensão, em todos os setores da vida nacional-político, social e econômico. Mensuremos cuidadosamente nossos valores, procuremos, com o emprêgo dos métodos de investigação histórica, as causas de nossos males e, na base da experiência obtida, lealmente, sem intuítos inferiores, sem preconceitos, retiremos dos ensinamentos do passado e do presente as normas para reconstruir, restaurar e refazer, sólidamente, uma vida nacional que mereça ser vivida.

Percamos o horror à análise, ao exame e à pesquisa. Abandonemos o vêzo da improvisação apressada. Estudemos nosso meio, nosso homem, nossas virtudes, nossos erros. Tenhamos a coragem de confessar nossa pobreza e corrigir, pela aplicação de recursos adequados, ainda que drásticos, nossas deficiências.

Há vários problemas de base cuja solução deixaria completamente resolvidos inúmeros outros, que lhes são tão somente reflexos. Para êsses todos os esforços devem convergir. Está entre êles, como fundamental, o da organização da vida dos Municípios, em bases racionais, de forma a lhes permitir uma natural evolução pela perfeita ordenação das atividades políticas, econômicas e sociais.

Como executar, praticamente, um programa de tal magnitude? Eis ao que se propõe a futura Associação Brasileira dos Municípios, cujas bases lança a Comissão que hoje se instala, convocando todos os Prefeitos e todos os municipalistas para que, solidarizados, decidam sobre a objetivação dos ideais que nos congregam e tomem a seu cargo os grandes destinos da patriótica entidade.

Ponto central e de alcance imediato é o da discriminação das rendas que deve ser estabelecida clara e definitivamente na carta constitucional. Se essa vitória do bom senso não fôr obtida, nada se terá feito em prol do Brasil; será, sem dúvida, o mesmo que deixá-lo ao sabor do vendaval que se aproxima, violento, exposto à desgraça de golpes e revoluções periódicas.

Todo programa de construção política que se não afirmar por uma ação consciente de revigora-

mento do interior do País está fadado ao fracasso e à desmoralização. E se cada ato não se inspirar no princípio elementar de dar renda ao Município, para que êle resolva por si só seus problemas, se a União não fixar sàbiamente as grandes diretrizes nacionais e se o Estado faltar às suas funções elevadas e nobres de orientação, vigilância e fiscalização, exercidas com o intuito de "adaptar as leis gerais às peculiaridades locais", na expressão feliz de Juarez Távora, não teremos então compreendido, na pureza de seus postulados, na realidade de sua significação, o sistema federativo.

Já em palestra proferida em 24 de outubro de 1945, no Círculo de Estudos Municipais, demonstrei a penosa situação em que se encontram as rendas municipais no Brasil e dizia então: "Não haverá de certo problema de maior importância para a estruturação de uma obra política objetiva no País do que a da fixação da vida municipal. Nenhum o sobrepuja em significação, porque êle, na essência e na generalidade de seus aspectos, é o problema básico da organização nacional.

Anulando, como anulámos, os meios de existência dos Municípios, pela sangria fiscal, destruimos sua capacidade de viver e produzir. Com o extorquir suas rendas retirámos sua possibilidade de manter serviços e de fixar ou atrair homens empreendedores. Seus elementos humanos mais inteligentes, dispostos ou aptos a qualquer iniciativa, abandonam o interior em busca de meio onde melhor desenvolvam suas atividades.

O encantamento pelas fórmulas superficiais fez criar no Brasil, em certo tempo, a mística da autonomia estadual e municipal. Para o Estado, realmente, em sentido mais utilitário que ideológico, manteve-se vivo o sentimento de defesa; quanto ao Município, todavia, a fórmula ficou para as tiradas oratórias em fases eleitorais ou de sentido retórico, sem fundamento efetivo. Era a liberdade na miséria".

Hoje, que se encontra em pleno funcionamento a Assembléa Constituinte, essas expressões aumentam de importância e oportunidade, e, para fortalecer os argumentos, bastará que ampliemos as tabelas estatísticas que revelam a gravidade da situação, ou lhes acrescentemos outras de igual sentido.

As cifras do quadro abaixo indicam a posição dos Municípios no quadro das arrecadações totais do País.

## RECEITAS PÚBLICAS

## MILHÕES DE CRUZEIROS

ANOS	TOTAL	UNIÃO	%	ESTADOS	%	MUNICÍPIOS	%	DISTRITO FEDERAL	%
1925/29	3 508	1 970	56	1 047	30	341	10	150	4
1930	3 276	1 678	51	1 016	31	386	12	196	6
1931	3 504	1 753	50	1 155	33	413	12	183	5
1932	3 472	1 751	50	1 142	33	396	11	183	6
1933	3 839	2 078	54	1 133	30	419	11	209	5
1934	4 455	2 520	57	1 251	28	437	10	247	5
1935	5 054	2 723	54	1 624	32	420	8	287	6
1936	5 835	3 127	54	1 814	31	607	10	287	5
1937	6 270	3 462	55	1 819	29	673	11	316	5
1938	6 870	3 880	57	1 860	27	702	10	428	6
1939	7 331	3 795	52	2 192	30	940	13	404	5
1940	7 691	4 036	52	2 295	30	937	12	423	6
1941	8 237	4 046	49	2 684	33	1 002	12	505	6
1942	9 045	4 377	48	2 951	33	1 063	12	655	7
1943	12 071	5 443	45	4 645	38	1 098	9	885	7
1944	15 410	7 366	48	5 766	37	1 261	8	1 016	7

Para atender à extensão quase total do território e, em consequência, às necessidades de 84,36% da população nacional (excluída já a população das Capitais dos Estados e dos novos Territórios), os recursos mal atingem 7% (6,9) das arrecadações nacionais, como se infere dos dados nos quadros n.º 2 e 3 anexos.

Só o Distrito Federal arrecada quase o dobro de quanto percebem os 1.552 Municípios do interior do Brasil!

O quadro anterior é de uma clareza edificante; por ele se pode perceber a velocidade de crescimento das rendas do Distrito Federal, expressa em curva semelhante às das arrecadações das outras Capitais.

Esse fenômeno precisa ser melhor estudado, analisado e ponderado para que se tenha uma idéia segura de suas consequências e reflexos na economia e nos problemas sociais do Brasil. Ele revela, de saída, aquela absurda concentração de valores que, por seu turno, cresce na mesma proporção em que diminuem as possibilidades do interior.

Vejamos algumas sínteses estatísticas para elucidar o fenômeno. O quadro das arrecadações do imposto de giro comercial, no exercício de 1944, segundo os dados do Conselho Técnico de Economia e Finanças (acrescidos de algumas estima-

tivas minhas, para completá-los), com referência não só aos Estados como às Capitais, se presta a análises múltiplas. Sendo o referido tributo um índice de tôdas as atividades mercantis e mesmo industriais, confirma as nossas asserções, sobre quanto o interior se empobrece e exaure, mesmo nos grandes Estados:

## GIRO COMERCIAL NO BRASIL EM 1944

Na Região Norte a percentagem do giro das Capitais é de 73,2%, sendo que Manaus se representa por 88,7%; na Região Nordeste, 52,0%, cabendo a maior percentagem a Recife, com 60,7%, em relação ao total do Estado; na Região Este, 44,47, atribuindo-se o máximo da arrecadação a Salvador, com 55,5%; na Região Sul as Capitais recolhem 49,2%, cabendo à Capital de São Paulo 56,3%, e a Florianópolis apenas 7,1%, o mínimo arrecadado por uma Capital, em referência ao Estado respectivo; na Região Centro-Oeste, a média das Capitais atingiu 11,5%. A arrecadação do imposto de giro comercial, que, no conjunto das Capitais, subiu a 47,8% do total do País, ultrapassaria 50%, se incluídos, no Distrito Federal, os 40% da União nele arrecadados. Conseqüentemente, metade das transações mercantis de todo o País se concentra em vinte e um de seus centros de atividade!

PERCENTAGEM DA CONTRIBUIÇÃO DAS CAPITALS EM  
RELAÇÃO AO TOTAL DO PAÍS

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTADO	CAPITAL	%
BRASIL.....	140 424 470	67 166 330	47,8
Região Norte.....	1 986 392	1 455 801	73,2
Acre.....	—	—	—
Amazonas.....	510 825	453 454	88,7
Pará.....	1 475 567	1 002 347	67,9
Região Nordeste.....	12 532 432	6 527 678	52,0
Maranhão.....	738 840	340 246	46,0
Piauí.....	(1) 450 000	100 566	22,3
Ceará.....	1 516 714	827 796	54,5
Rio Grande do Norte.....	735 736	385 024	52,3
Paraíba.....	1 519 379	352 947	23,2
Pernambuco.....	6 455 120	3 923 615	60,7
Alagoas.....	1 116 643	597 484	53,5
Região Este.....	45 654 588	20 272 754	44,4
Sergipe.....	644 357	281 281	43,6
Bahia.....	4 231 500	2 350 457	55,5
Minas Gerais.....	9 514 929	1 821 330	19,1
Espírito Santo.....	1 511 571	483 974	32,0
Rio de Janeiro.....	5 732 483	923 872	16,1
Distrito Federal.....	(2) 24019 748	14 411 840	59,9
Região Sul.....	78 619 891	38 721 113	49,2
São Paulo.....	58 893 857	33 161 143	56,3
Paraná.....	(1) 3 600 000	1 177 790	32,7
Santa Catarina.....	2 739 000	195 363	7,1
Rio Grande do Sul.....	13 387 034	4 186 817	31,2
Região Centro-Oeste.....	163 167	188 984	11,5
Goiás.....	(1) 900 000	100 729	11,1
Mato Grosso.....	731 167	88 255	12,0

(1) Estimativa.

(2) Calculado sobre a base da arrecadação federal, cabendo 60% ao Distrito Federal.

O movimento bancário do Brasil faz-se, em sua quase totalidade, ou sejam cerca de 90%, nas Capitais, concorrendo o Distrito Federal e São Paulo com mais de 72% do movimento dos empréstimos e 71% de depósitos totais.

A indústria de transformação acusa a mesma tendência de concentração dos demais fatores da economia nacional. Os dados apurados pelo Censo de 1940, e expostos na tabela abaixo, evidenciam de tal forma o fenômeno, que quase dispensam a análise descritiva. Para 29.219 estabelecimentos destinados à transformação de matérias primas, registrados em todo o território nacional, 10.749, ou 36,8%, se localizam nas Capitais; 7.730 estão situados no Distrito Federal e na Capital de São Paulo. Só na Região Sul do País se concentram 16.139 estabelecimentos desse tipo de indústria, isto é, mais do dobro dos existentes em todo o território nacional. 71,1% dos capitais realizados na indústria de transformação situam-se nas Ca-

pitais das Unidades da Federação. A Capital de São Paulo e o Distrito Federal concentram..... 2.261.222 mil cruzeiros contra 3.865.974 mil cruzeiros atribuídos a toda a República, ou sejam 50,8% do total.

Podeis bem avaliar decorridos cinco anos de profundas alterações na indústria brasileira, estimulada pela guerra e, mais ainda, pela inflação desordenada, como esses índices se desenvolveram em sentido quase vertical. Daí o segredo de muitos fenômenos para cuja explicação se procuram causas que não passam de meros efeitos.

Os notáveis estudos já dados a público pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística representam um subsídio explêndido para o apercebimento do alarmante fenômeno de concentração que ameaça seriamente não só o país como São Paulo e o próprio Distrito Federal, traduzindo-se nos problemas que aí estão a desafiar a argúcia e o bom senso dos homens de governo.

O quadro anexo n.º 1 revela os dados apurados pela operação censitária de 1940 nos três ramos de atividades mercantil — varejo, atacado e misto. Eles, como os anteriores, produtos das mesmas causas, põem em relêvo da concentração, nas metrópoles, dos valores econômicos do País. Os limites desta palestra não comportam a interpretação expositiva de seus dados. Peço, entretanto, vossa atenção para as seguintes e expressivas cifras: dos 152.612 estabelecimentos comerciais com atividade efetiva em 1939, 41.609 se situavam nas Capitais; o Distrito Federal e a Capital de São Paulo possuíam 22.673 desses estabelecimentos, ou mais do dobro dos das outras Capitais. As vendas efetuadas no mesmo ano atingiram, em todo o País, o montante de 33.477.266 mil cruzeiros, sendo que somente as Capitais concorreram com 22.054.142 mil cruzeiros, ou sejam 65,9% do total. O Distrito Federal e a Capital de São Paulo, somados alcançaram 20.513.182 mil cruzeiros, o que indica que esses dois centros efetuaram 61% das vendas mercantis no País e reuniram 93% dessas mesmas operações realizadas em todas as Capitais das Unidades da Federação. (anexo 1).

Vejamos agora algumas das conseqüências mais vivas da desordem econômica e financeira que esse excesso de centralização produziu e que encontrou, no ambiente inflacionário, o clima propício para seu pleno desenvolvimento:

## NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E CAPITAL REALIZADO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, SEGUNDO OS DADOS DO RECENSEAMENTO GERAL DE 1940

DADOS PRELIMINARES

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			CAPITAL REALIZADO EM 1 000 CRUZEIROS		
	Estados	Capitais	%	Estados	Capitais	%
BRASIL.....	29 219	10 749	36,8	3 865 974	2 749 453	71,1
Região Norte.....	647	410	63,4	58 825	48 665	82,7
Acre.....	19	8	42,1	1 777	613	34,5
Amazonas.....	158	124	78,5	18 741	15 623	83,4
Pará.....	470	278	59,2	38 307	32 429	84,7
Região Nordeste.....	2 813	735	26,1	248 983	124 900	50,2
Maranhão.....	133	74	55,6	14 675	12 307	83,9
Piauí.....	67	22	32,8	1 386	1 057	76,3
Ceará.....	353	59	16,7	17 913	11 681	65,2
Rio Grande do Norte.....	267	61	22,8	3 375	1 330	39,4
Paraíba.....	339	86	25,4	10 651	2 641	24,8
Pernambuco.....	1 227	349	28,4	162 382	84 584	52,1
Alagoas.....	427	84	19,7	38 600	11 299	29,3
Região Este.....	9 353	4 282	45,8	1 629 380	1 268 667	77,9
Sergipe.....	201	39	19,4	20 565	3 989	19,4
Bahia.....	1 017	250	24,6	89 277	42 403	47,5
Minas Gerais.....	2 939	289	9,8	243 504	54 856	22,5
Espírito Santo.....	294	68	17,3	5 982	3 148	52,6
Rio de Janeiro.....	1 339	173	12,9	133 390	27 609	20,7
Distrito Federal.....	3 463	3 463	100,0	1 136 662	1 136 662	100,0
Região Sul.....	16 139	5 269	32,7	1 923 053	1 305 833	67,9
São Paulo.....	9 251	4 267	46,1	1 405 837	1 124 650	80,0
Paraná.....	1 378	372	27,0	84 322	43 267	51,3
Santa Catarina.....	1 413	44	3,1	98 742	2 496	2,5
Rio Grande do Sul.....	4 097	586	14,3	334 152	135 510	40,6
Região Centro-Oeste.....	267	53	19,8	5 732	1 388	24,2
Goiaz.....	141	27	19,1	2 019	375	28,5
Mato Grosso.....	126	26	20,6	3 713	813	21,9

1. criação de uma indústria artificial, em sua quase generalidade, e o pequeno desenvolvimento da técnica de produção, indústria aquela que só pode subsistir sob o protecionismo alfandegário e em regime de inflação creditório;

2. sensível diminuição da produção, primária, principalmente de gêneros destinados à alimentação (quadros anexos);

3. deslocamento em massa da mão de obra operária agrícola para a indústria e conseqüente elevação dos salários (quadro anexo n.º 4);

4. desequilíbrio profundo entre os valores da produção de matérias primas e da produção industrial de um lado, e os de gêneros de alimentação, de outro: enquanto que, no ano de 1944, e em referência à média de 1925/29, as matérias primas e os produtos manufaturados foram produ-

zidos em valores superiores ao sêxtuplo, a produção de gêneros alimentares não alcançou sequer o dôbro (anexos 5, 6, 9 e 10);

5. enfraquecimento do mercado interno, cuja capacidade de absorção se mantém em franco declínio, quando êle seria a válvula de segurança e o ponto de apoio do desenvolvimento da economia nacional;

6. diminuição ou estagnação do volume físico da produção e da circulação ou, pelo menos, falta de correspondência com o vertiginoso aumento dos valores (vejam-se os índices da produção e da circulação, anexo 5);

7. rápido crescimento de todos os índices representativos dos valores — arrecadação pública, giro comercial, empréstimos e depósitos bancários, meio circulante e potencial monetário, enquanto os índices do volume físico da produção e da circulação e a área cultivada se mantêm estacionários em sua quase totalidade (vejam-se os índices dos valores dos principais aspectos econômicos e financeiros do Brasil e o quadro da área cultivada e do rendimento médio (anexos 9, 9, e 10);

8. índices alarmantes da queda da qualidade e quantidade da produção *per capita*, elevação contínua dos salários e, em progressão ainda maior, crescimento do custo da vida, esbôçando-se, no momento, a ameaça de falta do essencial para a alimentação do povo (anexo 8);

9. no campo social, greves, mal-estar, empobrecimento da maioria afrontada pelos requintes de luxo daqueles que se aproveitaram da inflação; jôgo e prostituição — eis os corolários tristes e fatais do estado a que chegámos;

10. no setor do ensino, o quadro das proporções dos alfabetizados de 10 anos e mais, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação, em confronto com as dos Municípios das Capitais e os do interior, põe a descoberto a dolorosa realidade que temos a enfrentar (anexo 11).

Êsse é o panorama, em linhas muito gerais, da situação do Brasil no início de uma nova fase da vida do País, infelizmente plena de apreensões e de dificuldades. Grave, profundamente grave; produto de êrros que se acumularam e que não foram evitados nem previstos em seus tremendos efeitos; obra

centenária de imprevidências, imprecisões e tumultos que se somaram no tempo e no espaço; legado doloroso que a nossa geração não soube, não quis ou não teve capacidade para enfrentar e resolver. Se não tivermos fôrça espiritual e qualidades excepcionais de amor e desvêlo pelo Brasil, veremos em nossas próprias mãos desfazer-se e aniquilar-se a Pátria que nossa imaginação criou imperecível e esplêndida e que, na maturidade, pensáramos entregar a nossos filhos, magnífica em sua grandeza, prestigiada, rica e nobre, Pátria onde o indivíduo, qualquer que fôsse sua condição, teria, na relatividade das coisas humanas, ensêjo de viver vida livre e feliz.

Não descri e não descreio das virtudes de nosso povo. Na dor, como na alegria, êle é capaz de enfrentar sacrifícios e manter íntegra a noção do dever. Na brandura de seu caráter, nas reservas de suas qualidades morais, nos impulsos de seu temperamento, no amor à sua terra e às suas tradições, no espírito ingênuo de suas revelações de arte, na sua capacidade de adaptação e improvisação, na sua inteligência e bom senso, podem confiar seus dirigentes, se homens capazes e dignos, moderados e firmes, sem preconceitos estreitos e inúteis, sem excessos partidários ou ideológicos, que dividem, afastam e anulam os espaços que devem ser comuns. E vós, Senhores, movidos por um ideal nobre, generoso e humano, tendes a responsabilidade de uma grande missão. O Brasil vos confia a maior de tôdas as tarefas de sua história — a tarefa da Organização Nacional. As palavras de Alberto Tôrres, sempre vivas e atuais, marcadas por aquêle senso de realismo que caracterizava seu grande espírito, devem ser aqui lembradas como guia para nossa conduta: "Nosso problema é o problema de nossa organização; e a primeira coragem de que nos cumpre dar provas, é a da longa, máscula e paciente tenacidade, necessária para empreender e sustentar com vigor e inteligência o esforço múltiplo e vagaroso da construção de nossa sociedade. E' uma obra de arquitetura política, mas de uma arquitetura destinada a edificar um colossal e singular edifício, que deve viver, mover-se, crescer e progredir e que incumbe à nossa geração".

ESTABELECIMENTOS REENSENTEADOS EM 1º DE SETEMBRO DE 1940, COM DISCRIMINAÇÃO, DO CAPITAL APLICADO, EMPREGADOS E MOVIMENTOS DOS ESTABELECIMENTOS NO ANO DE 1939, SEGUNDO AS PORCENTAGENS NAS RESPECTIVAS CAPITAIS DOS ESTADOS

ESTADOS DA FEDERAÇÃO	ANO DE 1939																	
	EM 1º DE SETEMBRO DE 1940					ANO DE 1939												
	NUMERO DE ESTABELECIMENTOS		CAPITAL APLICADO			EMPREGADOS		ESTABELECIMENTOS COM ATIVIDADE		SALÁRIOS		VENDAS						
	Total	Capitais	%	Total (Cr\$ 1.000)	Capitais (Cr\$ 1.000)	%	Total	Capitais	%	Total (Cr\$ 1.000)	Capitais (Cr\$ 1.000)	%	Total (Cr\$ 1.000)	Capitais (Cr\$ 1.000)	%			
BRASIL.....	185 253	49 644	26,8	9.454.307	5.364.000	56,1	237 503	132 314	55,7	152 612	41 609	27,3	898.684	650.569	73,4	33.477.286	22.054.142	65,9
Região Norte.....	8 294	3 024	36,5	310 914	204 722	65,8	12 715	5 323	41,9	6 900	2 479	35,9	29.715	19.612	66,0	918.874	7.218.874	76,4
Acre.....	563	130	23,1	18.757	3.002	16,1	4 316	1 350	30,8	503	116	23,1	3.576	898	24,3	48.155	12.444	25,8
Amazonas.....	2 182	890	40,8	98.762	63.402	64,3	4 164	1 602	38,5	1 826	696	38,1	10.056	6.643	66,1	363.185	291.528	80,3
Pará.....	5 549	2 004	36,1	183.395	136.268	74,3	7 535	3 382	44,9	4 571	1 667	36,5	16.083	12.101	75,2	507.534	398.214	78,5
Região Nordeste.....	37 452	8 194	21,9	1.057.874	552.991	52,3	46 731	13 524	29,0	3 562	6 352	17,8	71.756	49.787	69,3	3.451.052	2.215.947	64,2
Maranhão.....	3 773	587	15,6	60.772	41.144	67,7	3 240	1 237	38,2	3 005	484	15,1	3.397	3.315	61,4	232.357	146.313	63,0
Piauí.....	2 674	396	14,8	80.452	21.554	26,8	1 673	334	20,0	2 009	209	10,4	3.855	871	22,6	216.562	31.401	14,4
Ceará.....	10 044	2 219	22,1	182.894	81.717	44,7	4 634	1 988	42,9	7 947	1 553	19,9	11.202	6.904	61,6	493.110	280.947	57,0
Rio Grande do Norte.....	3 102	435	14,0	103.369	51.108	49,4	1 820	803	44,1	2 455	332	13,5	5.218	2.980	57,1	275.466	150.006	54,4
Paraná.....	4 648	836	18,0	124.331	45.125	36,3	2 729	790	28,9	3 816	642	16,8	6.511	2.807	43,1	444.709	187.165	42,1
Pernambuco.....	6 613	2 816	42,6	404.047	298.530	73,9	10 591	7 176	67,7	8 145	2 368	29,4	34.168	28.899	84,6	1.568.021	1.279.339	81,2
Alagoas.....	3 598	911	25,3	72.009	40.803	56,5	2 244	1 196	53,3	2 984	634	21,2	5.406	4.061	75,1	220.557	140.946	63,8
Região Leste.....	67 532	20 710	30,7	3.749.802	2.898.884	77,3	100 785	67 494	67,0	54 728	17 400	32,0	409.014	350.165	85,6	12.080.424	9.720.361	81,0
Sergipe.....	2 023	510	25,2	53.010	30.283	57,1	1 275	673	52,8	1 676	415	24,8	2.871	2.280	79,4	137.391	62.826	45,7
Bahia.....	14 442	2 707	18,7	512.817	303.496	59,2	14 992	6 930	46,3	11 150	2 131	19,1	55.502	23.956	43,1	1.302.448	626.839	48,1
Minas Gerais.....	23 981	1 643	6,8	785.237	144.969	18,5	20 691	4 570	22,1	19.506	1 530	7,8	44.173	15.648	35,4	1.646.044	474.879	28,8
Espírito Santo.....	3 047	480	15,7	113.588	44.723	39,4	2 861	988	34,5	2 418	346	14,3	8.316	4.760	57,2	236.116	136.116	57,6
Rio de Janeiro.....	9 746	1 103	11,3	253.659	44.109	17,4	8 835	1 973	22,3	7 867	907	11,5	20.092	5.461	27,2	763.419	189.852	24,4
Distrito Federal.....	14 293	14 923	100,0	2.031.544	2.031.544	100,0	52 131	52 131	100,0	12 331	12 331	100,0	298.000	298.000	100,0	7.820.819	7.802.819	100,0
Região Sul.....	68 425	17 212	25,2	4.164.394	1.892.550	45,4	83 910	45 586	54,4	57 578	14 940	26,0	351.608	238.902	68,0	16.784.157	9.278.186	55,0
São Paulo.....	41 188	12 649	30,7	2.733.904	1.390.796	50,9	60 647	33 618	55,4	34 584	11 342	32,8	270.796	152.258	56,2	12.710.363	7.518.781	59,2
Paraná.....	5 186	1 211	23,4	236.639	91.220	38,5	4 506	2 252	50,0	14.241	1 030	7,3	14.412	2.645	18,3	508.114	318.113	62,6
Santa Catarina.....	4 370	396	9,1	165.505	25.553	15,4	5 118	643	12,6	3 718	326	8,8	14.412	2.645	18,3	450.200	63.700	14,1
Rio Grande do Sul.....	17 671	2 656	15,0	1.028.286	385.191	37,5	23 639	9 073	38,4	14 979	2 242	15,0	82.159	45.059	54,8	3.055.422	1.446.422	47,3
Região Centro-Oeste.....	3 550	488	14,0	171.323	24.553	14,3	3 162	987	31,2	2 814	278	10,0	6.591	1.103	17,0	202.759	37.462	18,4
Goiás.....	1 896	188	10,2	72.152	9.841	13,6	1 287	118	9,2	1 407	128	9,1	2.423	625	25,7	79.296	10.111	12,7
Mato Grosso.....	1 714	310	18,1	99.171	15.012	15,1	1 875	269	14,3	1 407	260	17,8	4.168	480	11,5	183.463	27.351	14,9

## RECEITA MUNICIPAL — 1942\*

REGIÕES FISIográfICAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE MUNICÍ- PIOS	RECEITA MUNICIPAL EM CR\$ 1.000					ARRECADÇÃO MÉDIA POR MUNICÍPIO (CR\$ 1.000)	
		Total	Da Capital	%	Dos Municí- pios do interior	%	Total	Dos Municí- pios do interior
		(a)	(b)	(c)	$\frac{c}{b}$	$\frac{d}{b}$	$\frac{b}{a}$	$\frac{d}{a-1}$
BRASIL.....	1 574	1 062 919	450 557	42,4	612 362	57,6	675	394
NORTE.....	88	45 693	21 632	47,3	24061	52,7	519	283
Acre.....	7	2 314	570	24,6	1 744	75,4	331	2,1
Amazonas.....	28	10 752	5 094	47,4	5 658	52,1	384	2,9
Pará.....	53	32 627	15 968	48,9	16 659	51,1	616	3 0
NORDESTE.....	392	112 370	50 795	45,2	61575	54,8	287	160
Maranhão.....	65	9 815	5 249	53,5	4 565	46,5	151	71
Piauí.....	47	8 623	1 488	17,2	7 135	82,8	183	155
Ceará.....	79	17 034	9 305	54,6	7 729	45,4	216	99
Rio Grande do Norte....	42	7 479	2 519	33,7	4 960	66,3	178	121
Paraíba.....	41	12 022	2 316	19,3	9 706	80,7	293	243
Pernambuco.....	85	40 006	25 998	55,3	21 008	44,7	553	249
Alagoas.....	33	10 392	3 920	37,7	6 472	62,3	315	202
ESTE.....	562	301 960	112 485	37,2	189 475	62,8	537	340
Sergipe.....	42	7 242	3 288	45,4	3 954	54,6	172	96
Bahia.....	150	62 876	29 096	46,3	33 780	53,7	419	233
Minas Gerais.....	288	159 123	59 813	37,6	99 310	62,4	553	346
Espírito Santo.....	32	11 584	4 269	36,8	7 316	63,2	362	236
Rio de Janeiro.....	50	61 135	16 030	26,2	45 115	73,8	1 223	921
SUL.....	451	582 385	263 196	45,1	319 189	54,9	1 291	714
São Paulo.....	270	373 562	204 273	54,7	169 289	45,3	1 384	629
Paraná.....	49	29 564	15 563	52,6	17 001	47,4	603	354
Santa Catarina.....	44	20 943	1 889	9,2	19 054	91,8	476	443
Rio Grande do Sul.....	88	158 316	44 471	28,1	113 845	71,9	1 799	1 308
CENTRO-OESTE.....	81	20 511	2 449	11,9	18 062	88,1	253	229
Goiaz.....	53	12 822	1 695	13,2	11 127	86,8	242	214
Mato Grosso.....	28	7 689	754	9,8	6 935	91,2	275	256

\* Excluído o Distrito Federal pelas condições especiais que regem a sua competência tributária.

RECEITA MUNICIPAL  
RECEITA MÉDIA E CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO A RECEITA TOTAL

1942

REGIÕES FISIográfICAS E UNIDADES FEDERATIVAS	NUM DE MUNICÍ PIOS	RECEITA MÉDIA		NUMERO DE MUNICÍPIOS, DISTRIBUIDOS SEGUNDO CLASSES DE RECEITA Unidade: Cr\$ 1 000																		
		Gral	Excl. sive a capi- tal	0	50	100	150	200	300	400	500	600	700	800	900	1 000	1 200	1 500	2 000	3 000	3 000	Acima de 0 000
				50	100	150	200	300	400	500	600	700	800	900	1 000	1 200	1 500	2 000	3 000	3 000	10 000	10 000
Região Norte.....	88	519	283	2	5	16	9	27	10	7	4	1	3	1	—	—	1	—	—	1	1	
Acre.....	7	331	291	—	—	—	—	3	3	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Amazonas.....	28	384	209	2	3	3	5	11	—	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Pará.....	53	616	320	—	2	13	4	11	7	6	2	—	3	1	—	—	1	—	—	—	—	
Região Nordeste.....	392	287	160	8	105	74	42	41	15	8	4	1	4	1	2	1	1	2	3	3	1	
Maranhão.....	65	151	71	29	24	5	3	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Piauí.....	47	185	155	15	14	8	2	3	2	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	—	—	
Ceará.....	79	216	99	24	31	12	4	4	2	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—	
Rio Grande do Norte.....	42	178	121	9	16	6	4	4	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—	
Paraíba.....	41	263	243	1	6	14	8	4	3	3	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	
Pernambuco.....	85	553	249	4	12	19	16	16	5	3	2	1	2	1	2	—	—	1	—	—	1	
Alagoas.....	33	315	202	2	2	10	5	8	2	2	1	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	
Região Leste.....	562	537	340	24	102	116	68	81	56	33	17	14	5	5	8	6	5	6	4	8	3	
Sergipe.....	42	172	96	12	18	4	4	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	
Bahia.....	150	419	233	8	52	37	12	15	9	7	—	4	1	—	—	2	—	—	1	1	—	
Minas Gerais.....	288	552	346	2	18	65	43	53	39	18	15	*9	4	3	5	2	4	3	2	1	1	
Espírito Santo.....	32	362	236	2	7	4	6	7	2	—	1	1	—	—	—	—	—	1	—	1	—	
Rio de Janeiro.....	50	1 225	921	—	7	6	3	5	5	7	1	—	—	2	3	2	1	2	1	4	1	
Região Sul.....	451	1 291	714	15	47	56	29	55	48	32	30	17	22	12	12	17	8	18	20	11	5	
São Paulo.....	270	1 324	629	14	38	40	21	37	24	14	16	9	8	8	5	8	1	9	10	6	2	
Paraná.....	45	603	354	—	5	12	7	6	8	3	2	1	—	—	1	—	1	—	2	—	1	
Santa Catarina.....	44	476	443	1	4	4	1	10	4	4	8	—	2	—	—	1	—	3	—	—	—	
Rio Grande do Sul.....	88	1 799	1 303	—	—	—	—	2	12	11	4	7	12	4	4	6	6	5	8	5	2	
Região Centro-Oeste.....	81	253	229	17	11	12	11	10	7	5	2	1	1	—	—	1	1	1	—	—	—	
Goiás.....	53	242	214	11	6	4	11	7	5	4	2	1	—	—	—	1	—	1	—	—	—	
Mato Grosso.....	28	275	256	6	5	8	—	3	2	1	—	—	1	—	—	—	1	—	1	—	—	
BRASIL *.....	1 574	675	394	142	276	274	159	214	136	85	57	34	35	19	22	25	16	26	28	23	10	

\* Excluído, Distrito Federal. A média da receita, incluindo-se o D. F. alcança o total de Cr\$ 1.091.000,00.

SALÁRIO

II — SALÁRIO NA INDÚSTRIA

3 — DISTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS DO INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS, SEGUNDO O SALÁRIO — 1937, 1942 e 1944

CLASSE DE SALARIO (Cr\$)	1 9 3 7		1 9 4 2		1 9 4 4	
	NÚMERO	Por 1 000	NÚMERO	Por 1 000	NÚMERO	Por 1 000
Até 100.....	128 601	2 256	119 954	1 309	84 646	627
100 a 199.....	207 364	3 638	259 127	2 828	220 075	1 629
200 a 299.....	122 146	2 143	232 125	2 533	276 813	2 045
300 a 399.....	59 868	1 050	128 815	1 406	249 164	1 845
400 a 499.....	27 141	476	70 877	774	202 771	1 501
500 a 599.....	10 735	188	37 786	412	131 356	973
600 a 699.....	4 837	85	21 123	231	64 202	475
700 a 799.....	2 493	44	11 959	131	36 858	273
800 a 899.....	1 923	34	8 568	94	23 607	175
900 a 999.....	828	15	4 451	49	13 185	98
1 000 a 1 099.....	1 285	23	5 238	58	12 508	97
1 100 a 1 199.....	286	5	2 094	23	5 407	40
1 200 a 1 299.....	583	10	2 550	28	6 033	45
1 300 a 1 399.....	160	3	1 372	15	3 099	23
1 400 a 1 499.....	158	3	1 088	12	2 032	15
1 500 a 1 599.....	468	8	1 869	20	3 984	29
1 600 a 1 699.....	98	2	866	9	1 417	10
1 700 a 1 799.....	80	1	726	8	1 153	9
1 800 a 1 899.....	74	1	728	8	1 184	9
1 900 a 1 999.....	25	0	457	5	546	4
2 000 e mais.....	838	15	4 370	47	10 546	78
TOTAL.....	569 991	10 000	916 233	10 000	1 350 586	10 000

## ÍNDICES DOS VALORES DA PRODUÇÃO E DA CIRCULAÇÃO BRASILEIRA

1925-29 = 100

A N O S	PRODUÇÃO PRIMÁRIA			Pro- dução indus- trial	SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS			MATÉRIAS PRIMAS			MANUFATURAS		
	Total	Substân- cias alimenti- cias	Maté- rias primas		Impor- tação	Expor- tação	Cabo- tagem	Impor- tação	Expor- tação	Cabo- tagem	Impor- tação	Expor- tação	Cabo- tagem
1925-29.....	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1930.....	100	102	79	72	83	76	73	84	83	79	58	198	71
1931.....	76	74	86	78	66	92	73	69	80	93	42	201	79
1932.....	82	82	80	80	54	73	87	58	43	93	35	97	77
1933.....	95	93	107	99	63	80	85	79	54	108	59	72	88
1934.....	105	97	165	111	66	84	86	88	129	113	73	176	104
1935.....	112	100	192	141	94	93	97	130	188	139	118	144	125
1936.....	135	119	243	180	122	100	117	136	276	164	128	218	138
1937.....	142	122	278	201	129	97	137	12	314	180	168	363	152
1938.....	149	129	290	254	112	103	129	165	289	177	171	260	148
1939.....	150	129	292	294	86	106	142	164	352	202	170	685	161
1940.....	151	126	318	304	100	88	140	184	324	239	151	1 870	175
1941.....	171	143	360	373	103	101	154	203	491	340	173	5 317	230
1942.....	190	157	414	412	108	108	171	176	463	371	133	16 114	236
1943.....	236	188	560	534	144	131	195	207	453	401	92	24 746	259
1944.....	240	182	630	606	230	171	305	265	590	511	231	23 013	386

## ÍNDICES DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA

A N O S	TONELADAS			VALOR		
	Total	Gêneros alimentícios	Matérias primas	Total	Gêneros alimentícios	Matérias primas
1925-29.....	100	100	100	100	100	100
1930.....	111	113	103	100	102	79
1931.....	112	113	107	76	74	86
1932.....	122	125	107	82	82	80
1933.....	128	128	128	95	93	107
1934.....	130	126	159	97	97	165
1935.....	136	131	177	112	100	192
1936.....	140	130	316	135	119	243
1937.....	144	130	245	142	122	278
1938.....	149	133	269	149	129	290
1939.....	149	132	273	150	129	292
1940.....	146	125	296	151	126	318
1941.....	158	133	336	171	143	360
1942.....	155	131	323	190	157	414
1943.....	163	134	368	236	188	560
1944.....	152	125	352	240	182	630

**ÁREA CULTIVADA, TONELAGEM PRODUZIDA, RENDIMENTO E VALOR  
MÉDIO POR Ha DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

1930 = 100

ANOS	ÁREA CULTIVADA 1 000 HA	ÍNDICES	TONELADA PRODUZIDA 1 000	ÍNDICES	VALOR MILHÕES DE CRUZEIROS	ÍNDICES	RENDIMENTO MÉDIO P/HA KG	ÍNDICES	VALOR MÉDIO P/HA CR\$	ÍNDICES
1930.....	11 200	100	33 794	100	6 693	100	3 017	100	596,5	100
1931.....	10 008	89	32 633	97	4 451	67	3 261	108	444,7	75
1932.....	11 338	101	32 689	97	5 085	76	2 883	96	448,4	75
1933.....	12 449	111	33 703	100	5 505	82	2 707	90	444,2	74
1934.....	12 346	110	35 638	105	5 654	84	2 887	96	457,9	77
1935.....	12 891	115	34 518	102	5 432	81	2 678	89	421,3	71
1936.....	12 858	115	36 911	109	6 527	98	2 871	95	507,6	86
1937.....	13 245	118	33 729	100	6 488	97	2 547	84	489,8	82
1938.....	13 967	125	36 232	107	6 764	101	2 594	86	484,2	81
1939.....	13 839	124	40 410	120	6 430	96	2 920	97	464,6	78
1940.....	12 914	115	41 784	124	6 046	90	3 236	107	468,1	78
1941.....	13 320	119	42 622	126	6 910	103	3 200	106	518,7	87
1942.....	12 333	110	42 514	126	7 227	108	3 447	114	585,9	98
1943.....	13 833	124	44 243	131	9 072	136	3 198	106	655,8	110
1944.....	13 200	118	42 391	125	8 461	126	3 211	106	640,9	107

**PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E CONSUMO DE PRODUTOS DESTINADOS À  
ALIMENTAÇÃO, POPULAÇÃO CONSUMO "PER CAPITA" NO BRASIL**

1925 a 1944

A N O S	PRODUÇÃO TONELADAS (22 PRODUTOS)	IMPORTAÇÃO TONELADAS	EXPORTAÇÃO TONELADAS	PRODUÇÃO P+I-E=C TONELADAS	POPULAÇÃO	CONSUMO "PER CAPITA" kg
1925/29.....	14 369 952	1 000 462	1 269 949	14 100 465	34 075 980	414
1930.....	16 218 514	948 948	1 580 657	15 586 505	35 684 300	437
1931.....	16 235 983	931 105	1 726 326	15 440 762	36 232 900	426
1932.....	17 906 678	853 946	1 327 869	17 432 755	36 789 800	474
1933.....	18 435 075	993 769	1 555 936	17 872 908	37 355 400	478
1934.....	18 061 488	986 523	1 559 943	17 488 068	37 929 600	461
1935.....	18 798 491	1 002 803	1 926 473	17 874 821	38 572 600	463
1936.....	18 646 250	1 052 161	1 959 654	17 738 757	39 104 600	454
1937.....	18 641 878	1 057 333	1 874 117	17 825 094	39 705 700	449
1938.....	19 098 369	1 163 711	2 371 508	17 890 572	40 316 100	444
1939.....	19 001 644	1 085 503	2 318 351	17 768 796	40 935 800	434
1940.....	18 010 188	958 247	1 742 655	17 225 780	41 565 083	414
1941.....	19 177 541	992 902	1 270 289	18 900 154	42 204 000	448
1942.....	18 801 250	1 012 719	975 907	18 838 800	42 852 800	440
1943 1).....	19 157 057	1 121 925	1 083 326	19 195 656	43 180 300	441
1944 2).....	17 701 352	1 378 158	1 412 368	17 667 142	44 180 300	400

1) Dados sujeitos a retificação

2) Estimativa preliminar

## VALORES DOS PRINCIPAIS ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS DO BRASIL

— Milhões de cruzeiros —

	1925/29	1930/	1935/39	1940	1941	1942	1943	1944	1940/44
1 — PRODUÇÃO INDUSTRIAL.....	4 123	3 630	8 808	12 515	15 370	1) 17 000	1) 22 000	1) 25 000	18 377
2 — PRODUÇÃO PRIMÁRIA (a+b).....	8 975	8 196	12 353	13 572	15 354	17 083	21 197	21 571	17 755
a) Substâncias alimentícias.....	7 804	6 986	9 346	9 831	11 141	12 244	14 645	14 196	12 412
b) Matérias primas.....	1 171	1 210	3 007	3 741	4 213	4 839	6 552	7 375	5 343
3 — TOTAL DA PRODUÇÃO (1+2).....	13 098	11 826	21 161	26 087	30 724	34 083	43 197	46 571	36 132
4 — CIRCULAÇÃO (a+b+c+d).....	12 657	9 987	17 780	19 802	25 319	29 654	38 570	51 750	33 019
a) Importação.....	3 316	2 068	4 724	4 964	5 514	4 693	6 162	7 967	5 860
b) Exportação.....	3 737	3 024	4 961	4 961	6 726	7 500	8 729	10 727	7 728
c) Cabotagem.....	2 804	2 395	3 995	4 877	6 256	6 641	7 340	11 056	7 234
d) Vias internas.....	1) 2 800	1) 2 500	1) 4 100	5 000	6 823	10 820	16 339	1) 22 000	12 196
5 — GIRO COMERCIAL.....	38 000	35 000	45 211	61 558	74 497	88 214	113 205	1) 140 424	95 580
6 — RENDAS PÚBLICAS (a+b+c).....	3 508	3 709	6 272	7 691	8 237	9 045	12 071	15 410	10 491
a) Federal.....	1 970	1 956	3 397	4 036	4 946	4 377	5 445	7 366	5 053
b) Estadual.....	1 047	1 139	1 862	2 295	2 684	2 951	4 645	5 766	3 668
c) Municipal.....	491	614	1 013	1 360	1 507	1 718	1 983	2 278	1 769
7 — EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS.....	4 934	6 582	9 058	12 837	15 894	18 206	28 757	41 328	23 404
8 — DEPÓSITOS (a+b).....	4 836	6 488	9 820	13 714	16 532	21 541	31 571	40 950	24 862
a) A vista.....	3 443	4 605	7 353	9 411	11 015	15 138	22 719	28 336	17 344
b) A prazo.....	1 395	1 882	2 467	4 303	5 517	6 403	8 853	12 516	7 518
9 — CAIXA.....	888	889	969	1 093	1 337	2 108	2 439	2 800	1 955
10 — MEIO CIRCULANTE.....	3 015	3 059	4 402	5 185	6 647	8 238	10 981	14 457	9 102
11 — POTENCIAL MONETÁRIO.....	5 569	6 760	10 765	13 503	16 325	21 268	31 260	40 092	24 490

1) Estimativa

## ÍNDICES DOS VALORES DOS PRINCIPAIS ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

1925/29 = 100

	1925/29	1930/34	1935/39	1940	1941	1942	1943	1944	1940/44
1 — PRODUÇÃO INDUSTRIAL.....	100	88	214	304	373	412	336	606	446
2 — PRODUÇÃO PRIMÁRIA (a+b).....	100	91	138	151	171	190	236	240	198
a) Substâncias alimentícias.....	100	90	120	126	143	157	188	182	159
b) Matérias primas.....	100	103	257	318	360	414	560	630	456
3 — TOTAL DA PRODUÇÃO (1+2).....	100	90	162	199	235	260	330	356	276
4 — CIRCULAÇÃO (a+b+c+d).....	100	79	140	156	200	234	305	409	261
a) Importação.....	100	62	142	150	16	140	186	240	176
b) Exportação.....	100	81	106	133	180	201	234	287	207
c) Cabotagem.....	100	85	142	174	223	237	262	399	259
d) Vias internas.....	100	89	146	179	244	386	584	786	436
5 — GIRO COMERCIAL.....	100	92	119	162	196	232	298	369	252
6 — RENDAS PÚBLICAS (a+b+c).....	100	106	179	219	235	258	344	439	299
a) Federal.....	100	99	173	205	205	222	276	374	257
b) Estadual.....	100	109	178	219	256	282	444	557	350
c) Municipal.....	100	125	206	278	307	350	404	464	360
7 — EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS.....	100	133	184	260	322	369	583	838	474
8 — DEPÓSITOS (a+b).....	100	134	203	283	342	445	547	846	514
a) A vista.....	100	134	214	273	320	440	660	826	504
b) A prazo.....	100	135	177	308	395	459	634	897	359
9 — CAIXA.....	100	100	109	123	151	237	278	315	220
10 — MEIO CIRCULANTE.....	100	101	146	172	221	273	364	480	302
11 — POTENCIAL MONETÁRIO.....	100	121	193	242	293	382	561	720	440

PERCENTAGEM DA ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS,  
EM 1.º DE SETEMBRO DE 1940

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PROPORÇÃO DAS PESSOAS QUE SABEM LER E ESCREVER SÔBRE 100		
	Nas Unidades	Nos Municípios das capitais	Nos Municípios do Interior
BRASIL.....	43,0	71,1	36,9
Acre.....	38,4	42,6	37,8
Amazonas.....	41,6	67,3	32,6
Pará.....	45,8	75,1	36,8
Maranhão.....	23,9	67,9	20,2
Piauí.....	22,0	38,6	20,3
Ceará.....	29,8	64,5	26,2
Rio Grande do Norte.....	30,4	61,5	27,8
Paraná.....	23,6	51,5	21,5
Pernambuco.....	28,3	67,4	21,7
Alagoas.....	22,0	58,9	17,6
Sergipe.....	29,9	65,2	25,0
Bahia.....	27,0	70,9	23,0
Minas Gerais.....	38,0	81,8	36,4
Espírito Santo.....	45,8	72,9	43,9
Rio de Janeiro.....	47,9	78,3	45,1
Distrito Federal.....	81,8	81,8	—
São Paulo.....	57,4	48,8	50,8
Paraná.....	48,6	84,0	43,4
Santa Catarina.....	56,2	64,9	55,8
Rio Grande do Sul.....	61,2	81,3	59,2
Goiaz.....	26,4	40,6	25,6
Mato Grosso.....	45,7	46,1	45,6